

# A dinâmica económico-social portuguesa do pós-guerra (1946-74) numa perspectiva teórico-crítica testemunhal

Neste Colóquio, que se vindica de pluridisciplinar, pretendíamos trazer uma contribuição ao debate que vá para além de meras reflexões sobre análises disciplinares autónomas encarando o objectivo comum — *a formação de Portugal contemporâneo (1900-80)*.

Desejar-se-ia fornecer uma achega à elaboração teórica das interinfluências que, no plano das ciências do homem, pertencem porventura a duas ou mais disciplinas<sup>1</sup>.

Embora centrados numa «fazia temporal» limitada dentro das oito décadas que decorreram até hoje, visto nos atermos apenas ao período que medeia entre o termo da última guerra mundial e o 25 de Abril de 1974, e muito embora, além disso, trabalhemos apoiados essencialmente no vector económico, com a sua componente indissociável que é a actividade do Estado ligada a objectivos económicos, a verdade é que, mesmo assim, o exame que se vai seguir tem de ser sectorial. Uma elaboração restrita dentro dum espaço teórico fortemente delimitado é uma delimitação duma delimitação, mas não significa necessaria-

\* Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

<sup>1</sup> Se é certo que a «interdisciplinaridade», como já foi afirmado, se pode manifestar como uma moda, a verdade é que constitui muito mais do que isso, traduzindo uma realidade comum a todo o sistema das ciências, seja qual for o horizonte para que nos voltemos. No entanto — e por isso mesmo —, importa distinguir diversas realidades epistemológicas que muitas vezes, sob a mesma designação, podem cobrir situações sensivelmente diversas, conforme já acentuámos algures (cf. «A interdisciplinaridade nas ciências sociais: o caso da economia», in revista *Praxis*, órgão da Associação dos Estudantes da Faculdade de Economia do Porto, n.º 1, Junho de 1977, pp. 51 e segs). Introduzindo uma taxionomia e uma conceituação algo diversa da que Jean Piaget propôs, distinguimos essencialmente três géneros de confluências pluridisciplinares:

- a) As confluências metodológicas — que são hoje universais, mesmo entre as ciências da natureza e ciências do homem; para autonomizar o respectivo significante chamamos-lhe por exemplo *polidisciplinaridade*;
- b) Crescem também os estudos dumha dada realidade conduzidos por especialistas disciplinares diversos; este género de confluência é ainda epistemologicamente muito pobre, por quanto conduz com frequência a meras colagens de estudos autónomos e dispareis; poderemos assinalá-las com o vocábulo *multidisciplinaridade*;
- c) Por fim, reservamos o termo *interdisciplinaridade* (é claro que poderiam escolher-se outras designações) as interligações bi ou pluridisciplinares que operam endogenamente no espaço do saber teórico, constituindo um movimento que pode culminar em unificações científicas disciplinares, o que é diferente da «unidade das ciências» como projecto globalizante, incluindo o do neopositivismo.

mente fraqueza explicativa desde que a ordem lógico-teórica da exposição seja concatenada correctamente e, portanto, igualmente aberta à sua complexização crescente pela introdução de novos e/ou mais vastos elementos de relacionação explicativa. Tal será o nível a que nos propomos trabalhar, contribuindo com um corpo restrito (mas que se desejaria sistemático e aberto) de inteligibilidade da formação da sociedade que vivemos no que respeita aos seus trinta a trinta e um anos que precederam as transformações operadas após a queda do regime político vigente até à Primavera do ano de 1974.

Se esta via de abordagem for válida, como supomos, permitirá ainda reter somente algumas das relações em acto nesses quase sete lustros do nosso passado próximo.

A partir da circunstância accidental que resulta do facto de já por volta de 1946 sermos um observador interessado da nossa sociedade, sobretudo nas suas componentes económica e político-social, apoiando-se então na carga histórica vinda do século de Oitocentos, é possível oferecer uma análise que por esta faceta é privilegiada ou — talvez melhor — fornecer um elemento testemunhal que, por isso mesmo, padece da desvantagem (fomos tentados a afirmar da triste desvantagem) duma longa participação integrada na época histórica em causa. Porém, seja como for, é objectivamente possível oferecer um exame interpretativo, teórico-construtivo e teórico-crítico acerca de aspectos fundamentais da dinâmica da sociedade portuguesa, arrancados à sua multidimensionalidade algumas das dimensões que contribuíram indiscutivelmente para aquilo que somos interpretado em profundidade.

Todavia, antes de avançar formularia duas observações.

A primeira consiste em acentuar que este ângulo de focagem poderia, à primeira vista, fornecer-nos uma vantagem, constituindo, pelo menos, uma habilidade criticável, na medida em que consideramos a realidade de 1946-74 armados dos ensinamentos hoje disponíveis, colocando-nos em nítida vantagem em relação aos intérpretes desse passado, entre os quais então nós próprios nos encontrávamos... Julgo, porém, que a objecção não procede. Todos nós — aqui e hoje — temos de estar armados com tudo aquilo que, melhor ou pior, com mais larguezas ou mais restritamente, tanto a aparelhagem teórico-conceitual como os ensinamentos da evolução social posterior nos facultam neste momento. Eis, pois, uma situação que resulta pura e simplesmente de me encontrar nesta reunião de estudo e trabalho...

A segunda observação refere-se ao facto de se não aceitar que uma análise teórica actual, aproveitando elementos dum testemunho que nos nossos dias já é histórico (se nos for permitida a expressão), constituirá uma subjectivação do estudo. E que, em primeiro lugar, todo o conhecimento contém inevitavelmente uma dimensão subjectiva, sucedendo, porém, que ela se não contrapõe à sua componente objectiva; em segundo lugar, uma *démarche* deste género é perfeitamente legítima se for conduzida segundo as regras endógenas da produção teórica que em cada momento — e ele é aqui este momento — é obrigatório exigir do investigador.

Este próémio, provavelmente um pouco prolixo, visa, no entanto, sublinhar a perspectiva em que propomos aspectos básicos da formação da sociedade actual que talvez tenham o interesse de, sendo objectivamente significativos, não terem todavia até hoje — que saibamos — merecido uma atenção pelo menos sistemática de qualquer investigador.

Vamos, por isso, tomar o pulso ao desenvolvimento económico combinado com a actividade político-económica do Estado entre 1946 e 1974, na sua simbiose com certas condicionantes provindas da estrutura social, focada sobretudo em função das expressões ideológicas que actuaram no interior desse processo.

Não se trata, portanto, de estudar pura e simplesmente a evolução económica, social e política portuguesa aquém de 1946, para a qual, aliás, já se dispõe duma massa apreciável de materiais de pesquisa, por vezes duma validade

incontestável. Trata-se, antes, de procurar interpretar alguns entrecruzamentos das linhas internas das estruturas económicas em movimento, combinadas com a acção económica do Estado (pois entendemos que as estruturas estão sempre em movimento), com dimensões sociais e ideológicas que com elas se combinavam, e de, a partir daí, entender linhas básicas da produção do sistema português, nas suas «compossibilidades» determinantes da diacronia que o tem regido.

Mas, por delimitado que seja este projecto, nem assim há a pretensão de desenvolver uma interpretação global. Fugindo ao hiperempirismo dum conglomerado de *flashes* mais ou menos colados uns aos outros, procurar-se-á encontrar algumas linhas internas dessa realidade primária como que por «amos-tragem entrelaçada»: melhor dizendo, vamos ter em consideração alguns dos múltiplos aspectos que resultaram da actividade económica estrutural combinada com a acção do Estado, condicionada e condicionante em relação às imposições feitas por interesses e leituras ideológicas das classes, grupos ou intérpretes activos da vida colectiva, imprimindo-lhe certas direcções e sentidos de evolução.

É óbvio que semelhante perspectiva é extremamente rica, desdobrando-se em numerosíssimos aspectos, cada um dos quais exigiria, só por si, um tratamento autónomo, como sucederia, por exemplo, com o papel das ideologias na interpretação da actividade económica. Trata-se dum fenómeno que interessa tanto ao sociólogo, como ao historiador, como ainda ao próprio cientista especializado nesta disciplina. Além disso, temos de distinguir a influência das ideologias na teoria económica da sua influência na interpretação social espontânea na imediatidate da vida social e económica prática.

E começariamos por algumas observações a este respeito, uma vez que parecem convenientes para enquadrarmos as referências que se seguirão.

Distinguiremos, por razões concretas que adiante se explicitarão mais desenvolvidamente, o subperíodo que vai de 1945-46 a fins da década de 60, talvez por volta de 1967-68; mas, quanto ao processo económico-social objectivo, a nossa periodização defenderá um subperíodo abrangendo os três lustros que vão sensivelmente até 1960-62 e um segundo desenvolvendo-se desde esta altura até ao 25 de Abril de 1974. A diferença entre estas duas periodizações resulta do facto de entendermos que na realidade social ligada às expressões ideológicas, quer na actividade intelectual, quer na sua expressão prático-social, existiu realmente uma diferença claramente detectável, que, de resto, se comprehende sem esforço: as modificações económico-sociais operando em escala crescente desde os anos 50 e implicando certas transformações ao abrir a década de 60, com mutações em algumas estruturas subordinadas internas, em relações entre essas estruturas e no que concerne às relações internacionais em que Portugal se inseria, chegaram com inevitável atraso às expressões teóricas, ideológicas, intelectuais e às expressões das ideologias como actividade social prática. Esse atraso será da ordem duns seis a dez anos, visto que só por volta de 1967-70 notamos aparecerem esforços, no plano intelectual, para responder às contradições agudizadas e crescentemente agudizadas que a sociedade portuguesa conhecia. No entanto, supomos — mera hipótese que careceria dum estudo próprio — que, quer quanto à influência da ideologia dominante, quer no que respeita aos sistemas ideológicos práticos, se poderão aceitar certas modificações crescentes, em particular desde os alvores da década de 70, muito embora a ideologia dominante, como é óbvio, jamais tenha perdido a sua dominância; todavia, não poderá desprezar-se a crescente força material da componente ideológica no processo português; ela iria, aliás, «explodir» com a queda do fascismo.

Vejamos, ao correr da pena, cada um destes subperíodos e as duas projecções principais do fenómeno ideológico como componente mais ou menos activo na moldagem da sociedade portuguesa.

Pomos de lado a expressão do elemento teórico e ideológico nas suas diferentes projecções (indo desde o interior da teoria até à sua existência na *praxis* social conjunta) no que respeita à actividade política. Realmente, durante todo este longo período, além da organização das forças dominantes, indo desde o partido político único até às estruturas do Estado e mesmo a outros aparelhos com funções ideológicas fundamentais, só encontramos uma organização política estável e permanente — o Partido Comunista Português; as demais forças, ou conseguiam embriões de organização limitada de carácter não partidário nos períodos de cerca de trinta dias em que o regime vigente o permitia, com imensas limitações, sob a capa das denominadas eleições, ou, então, só próximo do fim do período em estudo conseguiram esboços de organização política autónoma.

No plano da actividade intelectual de tipo teórico (cuja influência não foi certamente primordial, o que não significa ter sido inexistente) entre 1945 e 1960-62, que podemos observar?

Quanto à leitura autoproclamada científica da actividade económica, quer na sua expressão teórico-abstrata, quer na interpretação teórica da realidade económica portuguesa e do sistema internacional, este período é dominado pelas condições criadas pela «guerra fria», por certo desencantamento intelectual perante a manutenção do totalitarismo na Península Ibérica após o fim da guerra, além doutros aspectos a ter em conta, dos quais um dos mais relevantes terá sido a estabilização relativa do sistema capitalista mundial, embora dentro dum quadro de agudização das contradições do sistema monopolista.

Se, no plano teórico, não detectamos na actividade intelectual institucional e na comunicação permitida, sobretudo escrita, a presença significativa dumha resposta da interpretação marxista à economia académica dominante, sucede que mesmo esta, ao próprio nível das instituições especializadas, penetrava com atraso sensível no nosso país, como sucedeu com o keynesianismo, que, aliás, próceres do regime repudiavam como receita para o caso português<sup>2</sup>.

É por isso que no interior do pensamento económico dificilmente se pode assinalar qualquer intervenção que abra criticamente ao debate as concepções ministradas no ensino ou nos autores — extremamente reduzidos, aliás que se preocupavam com a teoria geral. Até Bento Carqueja, que, pelo menos, realizava um esforço descriptivo superficial, efectuava uma viragem por volta dos anos 30<sup>3</sup>.

Por outro lado, ainda se não autonomizavam abordagens interpretativas do fenómeno ideológico, tanto na sua vertente social em acção como na sua função de *boucle* no interior do discurso teórico. Os escassos intérpretes armados do marxismo, quando muito, identificavam o fenómeno com a «falsa consciência», tomando a parte pelo todo.

Mais difícil é, porém, captar a função activa das ideologias existentes, mesmo num aspecto tão restrito como aquele que se refere à leitura da existência económica. A ideologia dominante, naturalmente, procurava impor a repre-

<sup>2</sup> É o caso, por exemplo, de Artur Águedo de Oliveira, autor de *Portugal perante as Tendências da Economia Mundial* (Lisboa, 1947). Seria curioso desfibrar a validade desta conclusão e a abismal diversidade de perspectiva entre aquele alto funcionário do regime de Salazar e as razões teóricas que explicam a inadequação da receita keynesiana ao atrasado capitalismo português...

<sup>3</sup> O que não quer dizer que não tenha havido algumas tentativas neste período, entre as quais, utilizando o nosso testemunho também aqui presente, as que realizámos então; até cerca de 1960-62 surgiram, de forma mais ou menos circunstancial, desde o pequeno opúsculo que, entre 1944 e 1945, a Junta de Investigação Matemática publicou num conjunto dumas dez análises sobre os mais variados problemas ligados à investigação científica, cabendo-nos abordá-la no campo da economia, bem como em artigos insertos na *Revista de Economia* de 1948, em crítica ao marginalismo e à chamada «lei do rendimento decrescente», o que traduz a existência igualmente dum sector intelectual receptivo.

sentação do baixíssimo nível de existência da esmagadora maioria da população como uma fatalidade natural, indo desde «a pobreza do País» até à ideologia abstractizante do princípio de que «o mundo sempre foi assim e sempre assim seria», criando e mantendo o estado de espírito dum conformismo passivo. E esta ideologia actuava realmente, combinando-se com a inevitável propaganda política no sentido de que o regime melhoraria o que fosse susceptível de melhorar.

Se olharmos agora para os anos que decorrem sensivelmente entre 1960-62 e 1974, o panorama já apresenta certas modificações, sobretudo nos últimos seis a sete anos deste subperíodo.

É, com efeito, pouco mais ou menos após 1967 ou 1968 que, no plano teórico abstracto, na confluência do pensamento económico e do pensamento socio-lógico (cuja institucionalização encontrava dificuldades devido às «desconfianças» do poder, que recearia talvez não se apossar ideologicamente da sua divulgação e do seu ensino, ao invés do que sucedera em grande medida com a história, disciplina social extremamente «quentes»), confluem diversos aspectos novos de que não poderemos mais do que referir, a título indicativo, um ou outro. No plano do pensamento económico cresce uma contestação ao ensino e às actividades académicas, que naturalmente se apossa do marxismo, dele fazendo com frequência diversas leituras ideológicas. A este respeito importa sublinhar o papel de certos círculos de intelectuais portugueses emigrados, que, traduzindo a sua origem de classe (na maioria provenientes de sectores da «inteligência técnica» da pequena e média burguesia), fazem uma leitura «esquerdistante» do marxismo. A sua influência então foi mínima. Mas supomos que o investigador que queira estudar o período posterior ao 25 de Abril não poderá olvidar este elemento, devido à sua influência imediata inegável sob a evolução portuguesa nos dois ou três primeiros anos que se seguiram.

Na interpretação da realidade económica é inegável que cresceram análises significativas duma nova arrumação das «forças teóricas», como exemplificaremos a propósito de alguns aspectos da realidade do País entre 1967-68 e 1973-74. Inclusive no que respeita às diligências da teoria geral e abstracta, multiplicam-se as tentativas para sublinhar exigências teóricas da sua elaboração. E manifestam-se também na consciência crescente da abordagem teórica da realidade económica, sectorial ou não, fenômeno de carácter político<sup>4</sup>.

É igualmente neste período que se regista no pensamento sociológico o aparecimento dum *aggiornamento* teórico, extensivo às concepções epistemológicas, pela influência do que chegava da além-fronteiras, sobretudo na filosofia das

<sup>4</sup> Quanto às exigências da construção teórico-económica, nós próprios — renovando o aspecto testemunhal desta análise — sentíamos então essa necessidade no teor de alguns textos então publicados e em intervenções em colóquios, indo desde o artigo publicado em Março de 1968 na revista *Económica Lusitânia*, da Associação dos Estudantes do ISE (então ISCEF), até a artigos como «A crise teórica da economia política à luz dos seus reflexos na consciência colectiva geral», in *Vida Mundial* de 14 de Julho de 1972.

Mas é, porém, no campo da análise da realidade económica portuguesa e da sua inserção no sistema mundial que este período é bastante rico, surgindo estudos particularmente significativos que nos demandariam bastante espaço só para exemplificar. Basta recordar trabalhos como os de Francisco Pereira de Moura, Mário Murteira, João Martins Pereira, Luís Salgado de Matos, António Avelãs Nunes, Eduardo Guerra, Costa Almeida e António Barreto, Álvaro Neto, Maria Belmira Martins e tantos outros de significado por vezes não inferior aos aqui citados a esmo.

Cremos ser ainda especialmente significativo desta nova atitude perante os esforços de leitura teórico-aplicada que se contrapunham aos do pensamento oficial (o qual também sofreu modificações neste período) o relatório e conclusões da secção A do 3.º Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro de 4 a 8 de Abril de 1973, no qual, além do mais, se efectua uma autocrítica, denunciando-se o mero descritivismo crítico e a falta de esforços para eliminar as concepções ideológicas próprias erigidas numa ilusória explicação científica.

ciências tomadas como a crítica da ideologia nas ciências, pela primeira vez se encarando este fenómeno<sup>5</sup>.

Porém, o mais importante reside na eventual alteração ou estratificação ideológica na interpretação social prática da vida económica, domínio que exigiria uma pesquisa específica. No entanto, a simples circunstância de os derradeiros seis a sete anos da época que abordamos, tendo por limite o 2.º trimestre de 1974, terem implicado certas alterações relativamente profundas da realidade portuguesa, com a integração espontânea de Portugal na nova divisão internacional do trabalho (e nomeadamente com a emigração maciça crescente), bem como a crise política, ligada, antes de mais nada, ao *impasse* das guerras coloniais, tudo isso dá a entender que, sem a ideologia dominante ter perdido a sua dominância, se deviam ter verificado modificações. Elas eram, porém, dificilmente perceptíveis, mesmo para o observador coetâneo interessado, pois o empenhamento não basta para detectar fenómenos sociais de tão profunda e complexa natureza.

Ilustraremos a perspectiva limitada em que colocamos esta análise crítico-teórica e testemunhal acerca da evolução da sociedade portuguesa no pós-guerra socorrendo-nos de alguns dos aspectos que consideramos mais representativos da interinfluência entre o sistema económico e as dimensões sociais que foram assinaladas.

Não se trata, por conseguinte, de pretender propor um exame sistemático e global; por isso mesmo, nem sequer documentaremos estatisticamente alguns dos parâmetros que vão ser tomados em consideração, visto essa tarefa exigir uma extensão desmesurada do texto, tendo em conta a sua natureza<sup>6</sup>.

Vejamos sucessivamente cada um dos dois subperíodos principais que se julga serem perfeitamente assinaláveis até 1974.

O primeiro vai do fim da segunda guerra mundial até cerca de 1961-62.

Sem recuar — como, em rigor, seria conveniente — para as próprias condições históricas herdadas do afeiçãoamento da sociedade portuguesa desde o segundo quartel do século XIX, bastará recordar que, com uma estrutura industrial extremamente atrasada em relação aos países capitalistas mais evoluídos, Portugal emerge da última guerra mundial com uma acumulação de capitais relativamente importante, tanto no sector bancário-financeiro como em algumas indústrias. Não propiciaram, porém, no período imediato quaisquer investimentos produtivos correspondentes. Por outro lado, os estrangulamentos agrários vão criar condições para o ulterior agravamento estrutural deste fundamental sector, quando no mundo capitalista se vai assistir a um processo rápido de desenvolvimento tecnológico e económico.

<sup>5</sup> Esta nova dimensão do pensamento teórico sofreu por certo a influência de autores como G. Bachelard e L. Althusser, mas não só porque vinha de trás e se encontra, de resto, em sociólogos como Wright Mills, por exemplo. Seja como for — e aos respectivos investigadores cabe encontrar as respostas —, em estudos publicados precisamente por esta época do Gabinete de Investigações Sociais, a problemática da intrusão ideológica nas ciências aparece tratada a ritmo crescente, como sucede no estudo de A. Sedas Nunes inserto no vol. VIII, n.º 30/31, da revista *Análise Social*, 1970, em que, inclusive, se faz referência dum maneira geral à intrusão das ideologias em diversas ciências sociais, sem esquecer a economia («Questões preliminares sobre as ciências sociais»).

<sup>6</sup> Acresce que, para o exame dessa evolução económica, existem diversos trabalhos, incluindo o que nós próprios elaborámos para duas lições dadas em 1971 na cadeira de Economia Portuguesa, do ISCEF, posteriormente publicadas na revista *Vértice*, n.º 327/328, de Abril/Maio de 1971, e reproduzidas parcialmente no volume colectivo *Sobre o Capitalismo Português*, Coimbra, 1974, onde se encontram diversos estudos sobre a evolução da sociedade portuguesa anterior ao 25 de Abril. É claro que o nosso próprio estudo aí inserido, não só ignora a perspectiva aqui considerada, restringindo-se aos aspectos económicos, como ainda sofre da limitação de constituir uma abordagem em grande medida analítico-descritiva.

O primeiro aspecto que se desejava focar, tanto para este período como para o ulterior, respeita ao papel do Estado como agente interveniente na defesa dos interesses das classes e grupos que controlavam o poder e como regulador do equilíbrio entre esses interesses. Trata-se, naturalmente, dum factor político-social que, não podendo embora — como efectivamente não pôde — construir um elemento imóvel e susceptível de travar a dinâmica imposta pelas leis objectivas do desenvolvimento económico interno e, em particular, do sistema económico internacional em que o nosso país se inseria, nem por isso pode ignorar-se, quer na sua incidência económica específica, quer sobretudo pelo que respeita à interinfluência entre o sistema económico e o sistema social, político e ideológico, que constitui um dos elementos fundamentais do sistema português na sua totalidade. Assiste-se, com efeito, a uma política regida pela preocupação de assegurar a coexistência dos interesses dos grandes agrários e do sector industrial, bem como do sector do capital bancário-financeiro, que praticamente se constituiu, em moldes monopolistas, sob o regime de Salazar, sobretudo no pós-guerra. Não nos deteremos neste aspecto, que, de resto, foi recentemente estudado com desenvolvimento<sup>7</sup>.

O que desejamos frisar é que esta realidade sistémica não foi considerada teoricamente nos estudos realizados dentro do período, embora constituísse um dado básico conscientemente assumido, sem dúvida alguma, pelo regime político de então.

E seria importante tê-lo em conta para se compreenderem as condições que tornaram possível a subsistência do sistema e a sua capacidade de auto-adaptação em relação às mutações que vão sobretudo acentuar-se notavelmente após 1960-61, com a abertura imposta à nossa economia pela nova divisão capitalista internacional do trabalho, de que os movimentos de institucionalização das relações dos países industrializados europeus é simultaneamente uma consequência e um factor acelerante (EFTA e sobretudo CEE); esta teorização seria ainda importante para se entenderem as possibilidades de estabilização política e ideológica das diversas classes e grupos, tanto daqueles que essa política servia, como dos que por ela eram atingidos (trabalhadores assalariados, pequenos e médios agricultores, mesmo certos sectores da pequena e média indústria, aos quais se separava nomeadamente o «escudo» jurídico-político protector dos grandes interesses que era o regime do «condicionamento industrial»).

Aliás, para o entender bastaria prestar atenção, pelo menos em 1966, às próprias declarações do político que Salazar colocou na direcção da economia durante vários anos, o ministro (mais tarde na direcção dum dos grandes bancos portugueses), Correia de Oliveira<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> Referimo-nos à tese de doutoramento de 3.º ciclo em Economia na Université des Sciences Sociales, Grenoble II, de Alfredo Marques, *La Politique Économique Portugaise dans la Période de la Dictature (1926-1974) – Analyse de Trois Stratégies de L'État*, Dezembro de 1980, trabalho que teria interesse ser publicado ao serviço do estudo do passado próximo da sociedade portuguesa.

<sup>8</sup> O que não quer dizer que tenha escapado a todos os estudos portugueses anteriores ao 25 de Abril, visto esse testemunho ministerial ter sido, inclusive, invocado em 1971 por António J. Avelãs Nunes no estudo «A ideologia conservadora num mundo em revolução», in *Vértice*, n.º 324, de Janeiro desse ano. Com efeito, aquele ministro de Salazar declarava ao *Diário de Lisboa*, em 11 de Agosto de 1966:

[...] executámos uma política não de estabilidade dinâmica dos preços dos produtos alimentares essenciais, mas de rigidez ou de quase estagnação desses preços; desejosos de assegurar à indústria, nascente, larga margem de lucro que lhe garantisse fácil possibilidade de concorrência no mercado interno e a estimulasse a atravessar as fronteiras do País, para lutar, de igual para igual, nos mercados externos, assentámos o fomento industrial em salários baixos e, estes, numa alimentação barata e, esta, na fixação e no congelamento, por largos períodos, de preços para os produtos agrícolas, que, mantidos ao longo do tempo, desencorajaram o investimento neste sector. [In *Sobre o Capitalismo Português*, cit., pp. 149-150.]

Esta política de aliança agrário-industrial, como lhe chama Alfredo Marques e que nos alvores da década de 60 poderíamos já apelidar de aliança agrário-industrial-financeira-bancária, continha, evidentemente, contradições que se tornaram crescentes e que vão manifestar-se, por exemplo, nos alvores da década de 70, na orientação dos que defendiam o «mercado único português» e dos que propugnavam pela «integração na Europa» com todos os elementos político-económicos e ideológicos que a envolviam; ela manifesta-se, por exemplo, no triunfo das forças ligadas a esta orientação tradicional, quando, em 1972, os chamados tecnocratas saem do Governo de Marcelo Caetano (João Salgueiro, Rogério Martins).

Existem, no entanto, aspectos que careceriam de ser devidamente teorizados e que, no entanto, nunca mereceram a atenção dos estudiosos coetâneos da actividade económico-social portuguesa.

Efectivamente, se essa política de aliança agro-industrial, numa primeira fase, e de aliança agro-industrial-bancário-financeira, na época que se abre no dealbar dos anos 60, foi conduzida com clara persistência, embora com as inevitáveis transformações decorrentes da dinâmica do processo económico e político objectivo, como se explica que fosse possível manter a estabilidade do sistema, sem graves convulsões das classes e extractos atingidos e sem que a ideologia dominante tivesse perdido o seu controlo, ao encararmos a situação na sua globalidade?

É certo que a repressão desempenhou aqui um papel importante. Porém, não chega para o explicar.

Basta recordar que a função «supra-reguladora» do Estado no âmbito da congelação relativa dos preços dos produtos agrícolas para manter baixos os salários industriais, e assim trazer mais um elemento de superacumulação de capitais, sendo dirigida contra a pequena e média lavoura, não desencadeou uma reacção social correspondente ao peso dessa sucção. Não temos elementos para quantificar com aproximação o que significou este processo de implacável compressão agrícola para grandes sectores da pequena e média lavoura.

Mas que foi extremamente importante é indiscutível. Se a grande lavoura se viu favorecida nesse jogo de equilíbrio com a protecção e os subsídios dados aos grandes proprietários do Sul («campanhas do trigo»), aos grandes produtores vinhateiros, etc., o certo é que os restantes sectores perderam milhões e milhões de contos.

Escrevendo em 1960, um observador admitia que, nos últimos vinte anos, a diferença entre a evolução dos preços dos produtos industriais e a dos preços agrícolas teria trazido à lavoura um prejuízo de 70 milhões de contos a preços correntes, o que corresponderia à extraordinária percentagem de 20 % do produto agrícola bruto<sup>9</sup>. Independentemente da provável inexactidão do cômputo, nem por isso deixa de traduzir uma sensibilidade patente perante o fenómeno da compressão agrícola através do clássico sistema «das tesouras», deliberadamente aplicado no desenvolvimento duma política económica permanente.

É natural que certas camadas dos interesses agrários pequenos e médios lograssem obter outras compensações ou que, então, a mera pressão extra-económica de índole política e ideológica tivesse bastado para garantir o funcionamento estável do sistema. No entanto, ignora-se esta importante problemática e dela julgamos não existir sequer clara consciência na própria época por parte naturalmente dos estudiosos da vida social portuguesa.

---

É claro que o responsável não se pronunciou sobre a política – bem eficaz – que permitiu simultaneamente defender os interesses dos grandes proprietários agrícolas, do que constituem exemplos fundamentais a política do trigo, do vinho, da cortiça e das resinas.

Por fim, esta faceta relacionada com a função «regularizadora» do Estado entre os interesses dominantes contribuiu, em ligação com o nível e características das estruturas económicas portuguesas (mesmo no período final, que termina em 1974), para lançar uma pesada cortina que escondia e distorc当地 a natureza essencial da sociedade portuguesa.

Efectivamente, se neste jogo, embora em transformação, particularmente após 1960-61, quando é claro o crescimento relativo da economia industrial, ao mesmo tempo que a economia se «extroverte» por razões que em grande medida lhe são estranhas (a nova divisão capitalista internacional do trabalho e o lugar nela atribuído ao nosso país), se procura manter o equilíbrio entre os sectores dominantes (posto surjam claramente rupturas localizadas), as características objectivas da economia e da sociedade portuguesa vão reforçar as armadilhas de interpretações falseadoras da sua verdadeira natureza.

Como esta realidade conjunta, embora tenha perdido após 1960-61, segundo cremos, alguns dos seus aspectos imediatos mais enganadores, em compensação mantém outros, leva muitos estudiosos a supor que Portugal não ofereceria estruturas largamente dominantes duma economia capitalista.

Era de facto tanto mais fácil cair nesta armadilha, levando nomeadamente a aplicar o cliché das chamadas economias «subdesenvolvidas», quanto era indiscutível que os índices imediatos quantificados da actividade económica exprimiam um inegável desnível profundo em relação aos países ocidentais industrializados.

Esses indicadores não falseavam as estruturas que quantificavam: é inegável, por exemplo, que, ao cotejar-se a percentagem da população activa agrícola em relação à total, se verifica que ela atingia em 1954-56, no nosso país, 47%, enquanto em França era de 27% e nos Estados Unidos da América não passava de 11%, ao passo que dez anos depois, a despeito do crescimento anual da produção industrial se ter efectuado ao ritmo significativo de uns 8,5% (aliás, essa aceleração vai contrair-se após 1966), a população agrícola activa portuguesa estaria nuns 38,1% do total, contra 18,2% em França e 6% nos Estados Unidos da América, ao passo que só aquém de 1968 o total da população activa industrial excede claramente a que trabalhava na agricultura (1 118 000 contra cerca de 1 milhão).

Nomeadamente a crise económico-agrária não deixou de se agravar até 1974, ao mesmo tempo que, neste período, as principais economias industrializadas do Ocidente realizavam importantes investimentos, que se traduziam num espectacular progresso da produtividade do trabalho agrícola, ao passo que desde os nossos níveis muito retardados se conheciam ritmos extremamente modestos: entre 1957 e 1966 cresceu no nosso país uns 32%, contra 71% no conjunto da CEE; e isto reforçava essa interpretação falseada.

Não se viam, em compensação, fenómenos como os da concentração do capital industrial (naquele mesmo período desapareceram, por exemplo, umas 10 000 pequenas empresas, apareceram mais 350 médias, ao passo que o número global das grandes empresas passou a umas 100 com crescimento da sua quota-parte na produção global), ao mesmo tempo que se acentuava o poder dum restrito grupo de complexos do capital industrial-bancário; acresce que, apesar desses índices de atraso relativo, entre os começos dos anos 50 e os primórdios dos anos 70, a parte do sector agrícola, pecuário, silvícola e da pesca, crescendo à taxa muito modesta duns 1,7% ao ano, combinando-se com a expansão industrial até meados dos anos 60, levou a que, desde os inícios do período que consideramos até cerca de 1974, a percentagem da agricultura, silvicultura, pesca e caça no produto nacional bruto se tivesse reduzido a metade (era de perto de 24% em 1958 e duns 14% por 1970).

Em conclusão, verifica-se que uma combinação específica de estruturas económico-sociais com o tipo da «regulação» introduzida pelo Estado facilitava (e poderíamos acrescentar que facilita ainda hoje) a suposição errónea de que

Portugal não conheceria a existência dum sistema económico capitalista caracterizado como sistema largamente dominante.

E não surpreende que esta «leitura» trasbordasse das nossas fronteiras, chegando a autores que porventura se debruçavam sobre o caso português<sup>10</sup>.

Outro aspecto que se não poderá olvidar neste exame de algumas das interpenetrações mais significativas entre as estruturas económicas, com as leis objectivas que a regiam, e a consciência colectiva, ligada à sua interpretação e à conduta de acordo com essa consciência e suas limitações, ligadas a interesses sociais de classe e de grupo, refere-se a uma contradição básica que se desdobra aliás em múltiplas direcções.

Uma dessas direcções refere-se à circunstância de o capital interno se ter sempre revelado incapaz de realizar uma actualização da economia medida pelos padrões do mundo capitalista desenvolvido. Trata-se, certamente, duma constante histórica desde o século XIX, mas que se vai institucionalizar com a política prosseguida na época sobre que nos debruçamos aqui.

Não vamos certamente interpretar esta realidade, mas apenas invocá-la, ligando-a aos condicionalismos sociais que, comandando a sua leitura, constituem um conjunto que intervém na moldagem do processo social português.

Sabe-se que essa política assentou numa orientação dirigida à manutenção de baixo nível de salários (e vimos que um dos elementos utilizados para isso incidiu sobre os preços dos géneros de alimentação), mesmo tendo em vista naturalmente o nosso nível relativo de produtividade do trabalho industrial e agrícola.

Foi assim facilitada uma superacumulação que transportava uma contradição evidente, visto que, ao mesmo tempo que tornava possível essa superacumulação, por outro lado contribuía para o progressivo enfraquecimento das suas bases técnico-económicas perante as economias dos países ocidentais europeus e demais países capitalistas altamente industrializados. Esta contradição básica foi encoberta sobretudo entre meados da década de 50 e fins da década de 60 pela aceleração da actividade industrial verificada nesta época com a criação de ramos importantes, como a siderurgia, a química do petróleo, certos ramos da electrónica e a reparação naval. A circunstância, além disso, de a taxa de crescimento industrial ter sido excepcional contribuía para obnubilar a imanente contradição que se escondia sob esta realidade e que sensivelmente, desde a segunda metade dos anos 60, tenha levado a uma desaceleração do processo, constituindo aquilo a que Francisco Pereira de Moura chamou o «esgotamento do modelo de crescimento».

A este propósito vale a pena salientar uma componente ideológica que se revelava (e não constitui certamente uma componente meramente histórica)

---

<sup>10</sup> Exigiria — e mereceria certamente — um estudo próprio a problemática ligada às razões teóricas e às condicionantes ideológicas que surgem a propósito das interpretações dos estudiosos que viam no sistema económico-social português do pós-guerra (e, por maioria de razão, no longo período anterior a 1945-46) um sistema não capitalista, ligando semelhante interpretação à falta de desenvolvimento industrial e tecnológico, bem como ao atraso na organização do capital financeiro-bancário-industrial e, duma maneira geral, do capital monopolista.

Essa ideia chegou a refranger-se entre especialistas estrangeiros por falta de informação suficiente. Podemos testemunhar, pelo menos, um caso significativo. Com efeito, em meados de 1975 visitou Portugal o conhecido economista norte-americano Paul M. Sweezy, que tivemos a oportunidade de contactar, dando algumas informações factuais acerca da estrutura da economia portuguesa. O autor de *The Theory of Capitalist Development* confessou-se surpreso, uma vez que supunha tratar-se dum sistema em que predominariam actividades ditas primárias, onde não operaria uma concentração e centralização de capitais aceleradas e sem monopólios; numa palavra, visionava a economia portuguesa como uma organização típica dos países ditos subdesenvolvidos do Terceiro Mundo. Sweezy, de resto, confessou isto mesmo no estudo que redigiu posteriormente acerca do nosso país. Confrontar a sua análise publicada ainda em 1975 e no mesmo ano vertida para português, *Alternativas Socialistas — A Luta de Classes em Portugal*, Ed. Arcádia.

particularmente poderosa. Trata-se da confusão anticientífica entre produtividade do trabalho e intensificação do trabalho. Essa deslocação ideológica evidente, que, de resto, nós próprios nos esforçámos por diagnosticar então por mais de uma vez, ignora que a produtividade do trabalho constitui um conceito que exprime a produção por unidade de tempo; é uma categoria económico-social assente no nível tecnológico e organizacional em que se realiza o esforço laboral e na sua espantosa multiplicação, aquém do século XVIII, com a chamada «revolução industrial», que teve início em Inglaterra. Distingue-se obviamente da intensificação do esforço laboral em qualquer das suas modalidades (extensão da jornada de trabalho ou intensificação do esforço energético humano para um dado período de tempo). É claro que, historicamente e nos nossos dias, a multiplicação espantosa da produtividade do trabalho exprime o avanço do domínio técnico-humano sobre o meio natural, e não — é óbvio — a intensificação do dispêndio de energias físicas, psicológicas e energéticas nesse processo de interacção entre o homem e a natureza, tendo em vista fabricar objectos que satisfaçam as suas necessidades. Mas a «viragem» dessa categoria económico-social, transformando-a numa categoria bionatural, constitui uma arma ideológica largamente utilizada com uma eficiência dupla: por um lado, oculta a circunstância de o nível da produtividade do trabalho resultar do montante e direcção dos investimentos produtivos e da sua organização, que cabem ao empresário; por outro lado, serve para facilitar a luta por uma acumulação extra de capitais resultante do simples esforço biológico em sentido lato. Por fim, esta componente ideológica, ao operar esta ocultação, agrava a própria contradição objectiva subjacente, visto a capacidade bionatural humana ter limites insuperáveis, ao mesmo tempo que se lhe depara a resistência dos próprios trabalhadores, não podendo deixar de conduzir a um *ralentissement* do progresso técnico-económico viável na respectiva época histórica<sup>11</sup>.

Em ligação e em interdependência com esta faceta dupla inter-relacionada encontra-se outra que ocupa um dos lugares centrais da dinâmica concreta da sociedade portuguesa entre 1946 e 1974.

Pomos de parte outros aspectos que, não sendo irrelevantes, no entanto não podemos abranger sistematicamente nesta observação; é o que sucede na oscilação entre a necessidade de desenvolvimento tecnológico com base na criação de indústrias de produtividade acrescida e o pleno emprego, como sucedeu no chamado I Plano de Fomento (1953-58), que teria optado pelo último, mas que, dadas as contradições em que se realizava, não assegurou nenhum dos dois objectivos, visto sabermos que, quando se abre a década de 60, se inicia também o gigantesco êxodo emigratório, válvula de escape para a impossibilidade de criar empregos para as novas gerações que chegavam à idade de trabalhar. Deste modo, com uma faixa de desempregados no interior do País (com os quais as estatísticas oficiais nunca se preocuparam, mas que se admite ultrapassarem umas 50 000 a 60 000 pessoas, além do desemprego sazonal, de que os assalariados rurais do Sul constituem um dos exemplos mais flagrantes), com a «saída» dos mobilizados para as guerras coloniais, que começam também no subperíodo iniciado por 1961-62, viram-se emigrar, legal ou clandestinamente, sobretudo para alguns países europeus, à volta de 1,5 milhões de portugueses.

<sup>11</sup> Todavia, não se poderá exagerar a função social activa dessa componente ideológica de transformação dumha categoria económico-social numa categoria bionatural, confundindo a produtividade do trabalho com a sua intensificação.

Para o confirmar bastaria recordar que ao abrir dos anos 70 se assiste a um claro amadurecimento da consciência das classes assalariadas, compreendendo com larguezas crescentes os problemas ligados aos seus interesses próprios. Demonstram-no os movimentos grevistas e em particular a constituição de direcções de sindicatos livremente escolhidas pelos trabalhadores, assim submergindo os espartilhos do enquadramento oficial, bem como a criação da Intersindical Nacional, a 1 de Outubro de 1970, em condições de funda clandestinidade.

A faceta que se deseja sublinhar agora refere-se à situação objectiva regulada por leis invioláveis, gerando uma contradição tão profunda que marcou de forma clara sucessivas leituras tanto de responsáveis do regime como de alguns estudiosos e observadores que se lhe opunham. Ela emana duma contradição objectiva do sistema económico que, nas condições históricas do modo de produção dominante em Portugal, origina um estrangulamento que oscila em função das condições conjunturais da dinâmica social e que continua a operar sem dúvida nos nossos dias<sup>12</sup>.

Referimo-nos à acumulação baseada globalmente na redistribuição do rendimento nacional em prejuízo da quota-parte das classes trabalhadoras, bem como, sectorialmente, na compressão das condições de existência de amplos sectores da população agrícola, apertando assim o mercado interno dentro de limites que criam necessariamente estrangulamentos à expansão da economia, incluindo os campos viáveis para investimentos.

Oferece um alcance óbvio observar o círculo de ferro em que se movia o nível estrutural da economia portuguesa, particularmente se considerarmos a época posterior a 1960-61, quando os condicionalismos internos e externos colocam na ordem do dia a questão do desenvolvimento estrutural da nossa economia e os limites do entendimento possível dos especialistas e responsáveis da política económica; é que estes não podiam pensar a dinamização do sistema em termos que pusessem em jogo a própria política de acumulação, em larga medida dependente duma baixa taxa de investimentos técnico-económicos combinada com o recurso à compressão do nível dos salários e dos rendimentos fixos, ao serviço duma rápida concentração industrial e bancária.

Ora, para o nosso estudo, aquilo que importa registar é a circunstância de estas condições económico-sociais objectivas se espelharem na intervenção política e na leitura dos especialistas, que em parte servia de guia a essa intervenção, bem como em leituras de observadores que discordavam da política vigente.

Ao mesmo tempo, se quisermos compreender a dinâmica da sociedade portuguesa nos dois a três lustros que precederam o 25 de Abril, temos ainda de ter em conta a capacidade e o grau de manobra disponível para atenuar as implicações desta profunda contradição insanável e agravada pela orientação histórica das classes dirigentes do País, que o regime saído do 28 de Maio veio como que institucionalizar e adaptar às condições do seu tempo.

Temos assim de considerar simultaneamente a morfogénese e a cismogénese, tanto mais que dum lado se encarava essencialmente a primeira, quer dizer, a constituição da linha organizacional do sistema, ao passo que os críticos do sistema ignoravam esta para se aterem à cismogénese, aos desvios sofridos por esse núcleo organizacional, o que constitui evidente limitação de qualquer das duas posições, mesmo quando, nos primeiros anos da década de 70, as relações cismogénicas se ampliavam e se reforçavam em relação às morfogénicas.

Aspecto tanto mais digno de nota quando é certo que ele surgia na consciência das mais variadas posições, mas sem poder atingir uma leitura teórica correcta da sua verdadeira essência. É assim que, de 1945 a 1974, encontramos políticos práticos *doublés* de analistas económicos apontarem para a importância do mercado interno no desenvolvimento económico, sem contudo poderem chegar ao âmago das relações determinantes dessa importância, pelo que as suas soluções não podiam deixar de passar à margem dos processos económicos

<sup>12</sup> Foi exactamente para acentuar a actualidade do problema estrutural do mercado interno na estratégia global do desenvolvimento económico que há uns três anos escrevemos o texto «Importância da ‘teoria dos mercados’ para a compreensão da crise económico-política portuguesa» na revista *EC – Economia*, n.º 17, de Outubro/Novembro de 1978, onde, aliás, consta outro artigo sobre a mesma problemática: «As vias de ampliação do mercado interno», de Carlos Pimenta.

determinantes que actuavam nesta esfera. Fenómeno perfeitamente comprehensível, tendo em conta a impossibilidade ideológica de captar um processo macroeconómico que, na sua posição de classe, implicaria aquilo que para essas ideologias era inaceitável, apontam-se caminhos marginais e que nada têm a ver com as condicionantes dessa contradição essencial entre a expansão do mercado interno consumidor e a acumulação de capitais, efectuada em grande medida à custa da sua compressão.

É por isso que, em 1945, o Eng. J. N. Ferreira Dias, que tivera responsabilidades governamentais, publica um estudo (*Linha de Rumo – Notas de Economia Portuguesa*) no qual, entre outras concepções, defende a possibilidade dum processo de industrialização endocentrado, para o qual não pode deixar de invocar a importância do mercado interno. É claro que, sem nos debruçarmos aqui sobre as insuficiências de interpretação económica deste estudo (nomeadamente os condicionalismos resultantes da inserção dependente do nosso país no sistema internacional e as vias de os ter em conta), o autor não tem consciência dessa contradição básica, visto o modelo de todo o sistema provir de investimentos provenientes duma acumulação que, em larga medida, assentava na limitação do mercado interno (tanto salários e vencimentos, como rendimentos da pequena e média actividade agrícola).

Em compensação, não pode deixar de se recordar que em forças representativas do pensamento liberal e democrático vamos encontrar consciência deste problema, muito embora certamente sem um entendimento de toda a sua extensão e das raízes mais profundas que o alimentam. É assim que, por exemplo, em 31 de Janeiro de 1961 foi publicado um documento intitulado *Programa para a Democratização da República*, de que foi primeiro signatário Mário de Azevedo Gomes, no qual se propõe também uma política económica; no ponto 3.º afirma-se que «a atrofia de que padecem importantes sectores da economia nacional resulta essencialmente dos baixos níveis de consumo da população portuguesa, com a consequente limitação do mercado interno, situação resultante do abandono a que foi votada a agricultura e da política de baixos salários. Independentemente dos princípios de justiça social, que não podem deixar de ser observados, impõe-se, pois, uma redistribuição equitativa do rendimento nacional, com o fim de intensificar progressivamente a procura efectiva e ampliar o mercado interno, com a consequente melhoria do nível de vida da população».

Um quarto de século após Ferreira Dias, outro representante do pensamento do regime vigente, que, como aquele, também possuía responsabilidades governamentais – o Eng. Rogério Martins –, em 1970 (*Caminhos do País Novo*), colocava entre os obstáculos ao desenvolvimento económico a má repartição do rendimento nacional, calculando que Portugal, com 9 milhões de habitantes, disporia dum poder de compra de 1,5 a 2 milhões de habitantes da Europa central.

No entanto, era-lhe ideologicamente impossível compreender as raízes desta limitação e, por isso, não só nas medidas propostas se ignora o problema agrícola, como ainda a defesa do aumento dos salários é determinada e limitada pelas exigências em que assentava esta doutrina – estimular os empresários ao investimento, a fim de substituir mão-de-obra, tornada mais cara<sup>13</sup>.

O que é certo é que esta questão assumia uma importância imediata crescente, a ponto de vermos diversos autores preocuparem-se com ela nos anos finais da época em estudo, mesmo de pontos de vista interpretativos díspares. Basta invocar, a título de exemplo, trabalhos de Mário Murteira (nomeadamente «Política nacional de salários e produtividade», in *Análise Social*, n.º 38,

<sup>13</sup> Para a análise crítica destas concepções ver Alfredo Marques, *La Politique Économique Portugaise [...]*, cit., pp. 427-429 e em especial 547-550.

de 1973), Alfredo de Sousa («O desenvolvimento económico e social português: reflexão crítica», in *O Desenvolvimento em Portugal; Aspectos Sociais e Institucionais*, organização de A. Sedas Nunes, GIS, 1972), dum estudioso ligado ao regime como Xavier Pintado (por exemplo, no artigo inserto em *Análise Social*, n.º 17, de 1967) ou Manuel Rolo (*Análise Social*, n.º 34, de 1972), etc.

É, porém, na comunicação de Francisco Pereira de Moura ao III Congresso da Oposição Democrática (Aveiro, 1973) que a questão da redistribuição do rendimento aparece ligada à necessidade duma viragem de orientação política global, insistindo em que esse caminho dependeria de «transformações políticas e sociais que possibilitem uma dinâmica de desenvolvimento assentando nos homens, e não nos lucros, e terminando por afirmar ser tempo de se levar a cabo esse projecto depois do esgotamento do modelo proteccionista e do fracasso do modelo liberal-reformista.

Na verdade, a contradição era insuperável nas condições objectivas da época, só encontrando parcial e muito limitadas ultrapassagens no jogo das leis económicas espontâneas, devido à rarefacção localizada ou, quando muito, sub-regional da mão-de-obra resultante da emigração maciça, na medida em que operava a lei da oferta e da procura na fixação do nível dos salários. Em contrapartida, já não encontramos forças de qualquer alcance significativo trabalhando endogenamente em «reequilíbrios», mesmo parciais, no que respeita à situação do sector agrícola como mercado consumidor (tanto de bens de consumo, como de meios de produção), devido ao agravamento ininterrupto das suas dificuldades se o considerarmos globalmente.

Estreitamente ligado a este aspecto anda o que se refere à leitura interpretativa do lugar estratégico que pertenceria ao comércio externo português no crescimento económico.

As determinantes estruturais e as leituras que, por imposições sociais, eram efectuadas ideologicamente constituem um fenómeno que oferece, aliás, ainda hoje interesse na medida em que constitui uma ilusão recorrente.

Se já nessa época, pela nossa parte, procurávamos denunciar o próprio significado dessa sobreestimação incondicionada da saída das dificuldades do crescimento económico pela conquista de mercados externos, é aqui relativamente fácil utilizar esse testemunho observacional e crítico-teórico para acentuar o papel específico complementar que esta posição trouxe objectivamente (e continua a trazer) ao desenvolvimento da nossa sociedade<sup>14</sup>.

Sendo duma evidência transparente a necessidade de desenvolver as exportações, esta realidade incontestável facilitava um movimento de translação que a transformava no objectivo central da política e das preocupações «desenvolvimentistas», devido ao facto de constituir uma saída de leitura para a impossibilidade ideológica de reconhecer que a própria conquista de mercados

<sup>14</sup> Efectivamente, pelo menos desde 1966, numa série de artigos publicados no *Diário Popular* chamávamo-nos a atenção para a circunstância de, sem menosprezar obviamente a importância da conquista de mercados externos, não termos condições para um avanço significativo nesse domínio sem criarmos uma competitividade que, por seu turno, era condicionada pela superação dos estrangulamentos internos, entre os quais estava a contradição resultante da acumulação e os investimentos assentarem, em grande parte, precisamente num estrangulamento do mercado interno e num patinhar do progresso técnico-económico que esta «facilidade estrutural» propiciava. Essa série de artigos foi posteriormente incluída no livro *Estudos de Economia Teórica e Aplicada* (Lisboa, 1968, pp. 181-218). Sublinhava-se aí, inclusive, a circunstância de a nossa economia já colocar no exterior uma percentagem do produto interno bruto particularmente elevada em confronto com os países industrializados, que a expansão das exportações dependia essencialmente do próprio desenvolvimento interno, que a nossa inserção na divisão internacional capitalista do trabalho era cada vez mais dependente, que se tratava de relações económicas internacionais muito vulneráveis devido à sua grande concentração, etc. Estes aspectos seriam novamente focados em entrevista dada em 1968 ao *Diário de Lisboa* (incluída na colectânea *Desenvolvimento Económico ou Estagnação?*, Lisboa, 1970, em especial pp. 71-78 e 80-84), além de serem considerados eventualmente outros textos.

externos dependia do avanço da actividade técnico-económica interna, a qual, por seu turno, era atingida pela contradição concreta que observámos atrás. E tratava-se duma barreira ideológica, porque os interesses de classe fechavam o entendimento quer das leis objectivas que comandavam por esta parte a utilização da expansão das exportações como alavanca ao desenvolvimento, quer mesmo nas próprias barreiras imediatas a sua expansão, muito embora, curiosamente, neste período Portugal tivesse conseguido «apanhar» uma pequena parcela da expansão global da quota-parte do comércio mundial nas mãos dos países capitalistas desenvolvidos a expensas do chamado Terceiro Mundo.

Aliás, essa barreira ideológica, essa leitura determinada pelos interesses da inserção na estrutura social, e não pelo conhecimento das relações reais que regiam os fenómenos a que se aplicava essa «grelha» de leitura pseudoteórica, não funcionava somente a este nível. Funcionava ainda poderosamente no esforço de ignorância e/ou ocultação das condições da nossa dependência crescente, em que, sobretudo após os anos de 1960-61, se encontrava a nossa economia, com o efeito de arrastamento que trazia aos demais planos da vida colectiva (do político ao cultural), bem como da própria acção específica do político sobre o económico, particularmente resultante dos apoios necessários no esforço de dominação dos movimentos de libertação desencadeados a partir desta época nas colónias africanas.

Não temos de retirar o que quer que seja às análises teórico-críticas produzidas há quinze anos. O que haverá é que aprofundá-las e que conduzir o estudo da inegável função social que essa orientação, nas suas próprias determinantes ligadas à ocultação ideológica de leis económicas concretas, e aliás relativamente simples, trouxe (e porque não escrever: continua a trazer?) ao afeiçoamento de certas facetas do nosso desenvolvimento colectivo.

Esta análise, para ser sistemática, levar-nos-ia muito longe, na medida em que exigiria um tratamento teórico dessoutra componente que é a natureza e a evolução da posição ocupada pelo nosso país no conjunto do sistema económico internacional.

Mas será conveniente deixar aqui consignada, pelo menos, a referência a alguns dos múltiplos aspectos dessa «combinatória» entre os processos económico-sociais objectivos, as respectivas leituras intelectuais e as decorrentes intervenções práticas nos processos económicos por parte daqueles que tinham possibilidade de a levar a cabo dentro de dados limites.

Para tanto escolhemos um fenómeno que parece bem sintomático: certas leituras do processo de integração entre as economias europeias ocidentais cuja institucionalização surge na viragem da década de 50 para a de 60.

É claro que não se trata de conduzir uma análise estritamente económica, mas de continuar a ocupar a perspectiva interdisciplinar restrita que se tem imprimido a este exame. Nestas condições, há que ter em conta, necessariamente, as características objectivas do fenómeno e as leis económicas de que ele provém, tanto a Associação Europeia de Comércio Livre como as Comunidades Económicas Europeias (CEE); é que, nas suas determinantes básicas, representam a institucionalização das tendências de transnacionalização dos grandes grupos monopolistas; ora, não esquecendo que este processo se desenhava claramente desde os fins da segunda guerra mundial, na base da super-regulação da potência que emergira do conflito com uma enorme supremacia absoluta e relativa, os Estados Unidos da América, este fenómeno manifestava-se necessariamente na nossa vida económica, independentemente mesmo da integração na EFTA (constituída em 1959 e que começou a funcionar no ano seguinte), como sucedeu de facto, ou de eventual integração na CEE, institucionalizada pelo Tratado de Roma, de 27 de Março de 1957, e tornada uma realidade em Janeiro de 1958.

Desde a nossa perspectiva interdisciplinar sublinhámos, pelo menos, dois ou três aspectos.

O primeiro é a incompreensão das raízes objectivas do fenómeno largamente predominante nas interpretações de tipo teórico da época, a despeito de o País conhecer o impacte do fenómeno independentemente dos aspectos organizativos institucionais, como então nós próprios acentuávamos. É na década de 60 que se inicia a integração espontânea da nossa economia via emigração maciça (integração da mão-de-obra), da posição subalterna crescente no comércio internacional intra-europeu e norte-americano e via integração de capitais (a aceleração da importação de capitais tanto no País como nas colónias).

A despeito de a chamada integração institucional constituir uma tendência com manifestações concretas visíveis em sucessivos passos, que vão desde a constituição do Fundo Monetário Internacional, em 1944, passando pelo European Recovery Programm (Plano Marshall), em 1948, o qual, embora muito limitadamente, se estendeu a Portugal em Julho de 1949, até à constituição, em Abril de 1948, da Organização de Cooperação Económica Europeia (OECE), alargada, entre 1960 e 1964, a países não europeus (a actual OCDE), à constituição da União Europeia de Pagamentos, entre 1950 e 1958, e à própria CECA (Comunidade do Carvão e do Aço), organização de seis países europeus que, resultando, por um lado, do Benelux, foi, por outro, o embrião da CEE, a despeito de tudo isto, o entrecruzamento de várias circunstâncias mantinha os dirigentes da política económica e os empresários afastados duma real compreensão do seu significado.

Entre as condições objectivas que explicam esta atitude poderemos alinhar a seguinte: o peso dos interesses ligados à exploração colonial. Numa data tão avançada como 1972, a Câmara Corporativa, em parecer sobre a questão da entrada na CEE, revelava não constituir para os seus autores objectivo de interesse, colocando à cabeça aquilo que apelidavam de «espaço português integrado», expressão eufemística para designar a opção pela preservação dos interesses ligados às colónias africanas<sup>15</sup>.

Com esta faceta objectiva, independente da consciência ideológica e do entendimento intelectual dos processos internacionais em acção, interligavam-se outras. Elas abrangiam certamente fenómenos como a inércia perante a dinâmica dos processos externos até à incapacidade de leitura teórica desses acontecimentos. Aliás, pudemos testemunhar pessoalmente esse fenómeno em Junho de 1960, no Colóquio sobre a Posição de Portugal perante a Cooperação das Economias Europeias<sup>16</sup>. E, se esta data poderia parecer, à primeira vista, justificativa dessa falta de sensibilidade dos próprios empresários industriais portugueses, dado a «integração institucionalizada» se encontrar nos seus primórdios, a verdade é que, oito anos mais tarde, ela continuava a persistir, como acentuava Francisco Pereira de Moura em artigo publicado em *A Capital* de 29 de Fevereiro de 1968<sup>17</sup>.

<sup>15</sup> A própria controvérsia aberta entre vários sectores políticos e analistas económicos por esta altura, revelando, antes de mais nada, uma clivagem entre grupos dominantes (os partidários da Europa, quer dizer, da integração europeia, e os que optavam pela prioridade fundamental de manutenção de posições de controlo político e económico nas colónias), fazia-se, no entanto, em termos de clara insuficiência interpretativa, como, aliás, então recordávamos, visto a «integração» ser independente da vontade política dos interessados e da sua institucionalização ou não. Ela fazia-se inclusive nas colónias, pelo predomínio crescente dos investimentos privados estrangeiros: veja-se, por exemplo, «Portugal e a Europa» na revista *Observador*, n.º 47, de 7 de Janeiro de 1972, e «Portugal – Europe or Africa?», na *European Review*, Winter, 1973-74, pp. 18-22, bem como a própria análise da questão económica das colónias apresentada no III Congresso da Oposição Democrática, em 1973.

<sup>16</sup> Com efeito, tratou-se dum colóquio promovido pela Associação Industrial Portuguesa em que tomámos a iniciativa de apresentar uma curta comunicação sobre a questão da integração, mas que, tanto neste caso particular como em geral, não nos pareceu ter suscitado interesse; chamávamois ali a atenção para «Algumas exigências económicas da reorganização industrial em face da integração económica europeia».

<sup>17</sup> Texto incluído no livro *Por onde Vai a Economia Portuguesa?*, Lisboa, quatro edições entre 1970 e 1974, pp. 243-246.

Mas este caso não é menos significativo, quer consideremos a trama das interligações de realidades objectivas e suas condicionantes com as maneiras de as «ver» e de agir em conformidade com essas visões, a fim de apreender esse «plasma social» na sua acção efectiva, quer, mais particularmente, quando nos queiramos documentar acerca do próprio papel específico das mentalidades e das ideologias, seja na dimensão histórica seja na dimensão sociológica. E, se este último objectivo está fora da direcção desta abordagem, não deixa, mesmo assim, de pela primeira destas perspectivas ser importante estudar a função activa das diversas interpretações que até 1974 se faziam do fenómeno CEE.

Uma vez que estamos aqui a realizar mais um *excursus* temático do que uma exploração sistemática das interligações entre a actividade económica e os demais planos da vida colectiva, sobretudo o ideológico, na moldagem da nossa sociedade neste período tão significativo, limitar-nos-emos a ilustrar este fenómeno com dois exemplos que julgamos especialmente significativos; além do aspecto já recordado — sem dúvida dos mais importantes —, surgiram ópticas ideologicamente determinadas que são de facto extremamente significativas dum fenómeno que, aliás, sob novos condicionalismos, continua a operar nos nossos dias.

É assim que houve quem, em oposição à corrente que nos centros de decisão privilegia as estruturas e os interesses ligados à manutenção do equilíbrio entre os grupos dominantes, incluindo os que economicamente, ou mesmo no plano político mais estreito, desejavam preservar o sistema colonial, entendesse ser desejável a adesão às Comunidades Europeias, a fim de diminuir a influência de determinados «grupos de pressão»<sup>18</sup>.

E não é menos esclarecedor — último exemplo que invocaríamos a este propósito — ter aparecido entre alguns círculos da oposição política ao regime vigente a concepção de que, para além dos efeitos económicos (cujo significado e alcance, no entanto, se desconheciam e sem a preocupação de os conhecer), os efeitos políticos levariam, a prazo mais ou menos curto, à democratização do País, tendo em conta o regime político dos então seis membros da CEE<sup>19</sup>.

Sem a pretensão (que importa reiterar) de lançar aqui um estudo global de todos os aspectos em que a interinfluência activa das estruturas económicas, com as estruturas político-económicas e as que relevam da sua leitura conjunta, numa perspectiva de causalidade em que intervêm as estruturas ideológicas e de mentalidades como fenómenos intelectuais e práticos-sociais, completadas estas últimas pelas estruturas que caberiam ao espaço teórico-económico-político (aqui tratar-se-á sobretudo duma causalidade metonímica...), constituiu elemento poderoso do afeiçãoamento da sociedade portuguesa, há pelo menos que nos determos em mais um destes fenómenos de entrelacamento activo. Pensamos no problema colonial e nas interpretações que dele faziam, entre 1946 e 1974, não já as esferas da sociedade que detinham as alavancas do poder económico e político (a que, de resto, já nos referimos a propósito da questão da integração económica europeia), mas ainda certos sectores do pensamento social representados pela ideologia demo-liberal.

É, evidentemente, claro que esta problemática se foi alterando, sobretudo quando, após anos e anos de guerras coloniais, cresciam os sacrifícios, sobretudo de amplas camadas da juventude, ao mesmo tempo que se reforçava a ideia, nos alvores da década de 70, de que se caminhava para um *impasse*, visto não haver solução militar para o problema.

<sup>18</sup> Era a maneira de ver exposta por José da Silva Lopes, em 1964, no estudo «A integração económica europeia: implicações sociais em Portugal», in *Análise Social*, n.<sup>os</sup> 7/8.

<sup>19</sup> Esta concepção foi criticada por Gilberto Lindim Ramos na mesa-redonda organizada pela *Seara Nova* em 1973, na qual, de resto, participámos pessoalmente. Cf. *Evolução da Economia Portuguesa*, Lisboa, 1973, pp. 30-31.

Porém, mais nitidamente entre 1946 e 1961-62, mas persistindo mesmo depois, a manutenção do sistema colonial em África combina-se com a nova orientação de tentar uma solução «desenvolvimentista» exocentrada, que se vai efectuar após a adesão à EFTA, em condições de dependência crescente reforçada pelos apoios indispensáveis à sustentação da luta militar em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Invocaremos unicamente um indicador deste fenómeno: a abertura crescente aos investimentos de capital privado estrangeiro, que teriam passado de 361 000 contos em 1963 para 615 000 em 1967 e ascendendo a 1 577 800 no ano de 1971. A preços correntes, o seu montante global de diversos tipos talvez tenha sextuplicado – ou mais ainda – entre 1961-62 e 1972-73...<sup>20</sup> De resto, este afluxo verificou-se também nas próprias colónias.

Eis um primeiro processo objectivo ligado à defesa à *outrance* das posições coloniais. A ele junta-se o que resultou dos reajustamentos constantes e cada vez mais instáveis dentro do próprio sistema dominante, de que as posições referentes a uma eventual adesão à CEE constituíram, como se recordou atrás, uma das manifestações mais nítidas e imediatas.

Ainda no domínio de processos e relações sociais objectivos, seria necessário ter em consideração os caracteres políticos autónomos, e independentes das suas facetas económicas, em que o problema colonial interveio poderosamente na marcha da sociedade portuguesa. É que, em certa medida, esta questão desprendeu-se da dimensão económica, constituindo para o regime – com razão ou sem ela – uma expressão de defesa no seu todo, ao mesmo tempo que a descolonização surgia no pós-guerra como um fenómeno mundial irreversível; por outro lado, disto não tinham consciência os sectores mais representativos dos interesses e das ideologias liberais-democráticas, que politicamente conduziam uma crítica a partir de posições igualmente coloniais, atacando aquilo que entendiam ser os erros da administração colonial praticada.

Com estas características ancoradas nos próprios processos sociais em desenvolvimento combinava-se a sua expressão ideológica, que, por certo, não assumia uma índole menos objectiva. Fenómeno complexo, nele entrecruzava-se sem dúvida uma carga histórica com argumentos *ad hoc*, nomeadamente de cariz económico, como sucedia com a tese de que Portugal não poderia subsistir sem as colónias.

Utilizando a possibilidade dum depoimento pessoal nesta conjuntura histórica, quando se estava a poucos anos do início das guerras de libertação nacional, registemos, em primeiro lugar, que, para a oposição demo-liberal, constituía então uma impossibilidade teórica, por razões ideológicas, colocar a questão nas suas bases objectivas reais, que se exprimiam, antes de mais nada, na inevitabilidade de a própria luta de libertação vir a atingir também os territórios sob administração colonial portuguesa.

Não surpreende, por isso, que, na proclamação do general Humberto Delgado para as eleições presidenciais de 1958, quanto às colónias se defendesse a «unidade nacional dos territórios portugueses», mediante uma política de conjunto com base num plano para «fomento e autonomia do todo baseado nas potencialidades energéticas, técnicas, demográficas e económicas das partes»; a crítica não era ao sistema colonial, mas à administração colonial adoptada. Somente a possibilidade de pensar teoricamente a situação mundial e a própria índole do sistema colonial permitiria ultrapassar esta posição social e

<sup>20</sup> Invocando mais uma vez o nosso testemunho pessoal, este fenómeno foi apontado no pequeno texto «O problema dos investimentos externos na economia portuguesa», in *Desenvolvimento Económico ou Estagnação?*, Lisboa, 1970, pp. 85-107, bem como na comunicação, apresentada em Abril de 1973 no III Congresso da Oposição Democrática, intitulada «Para uma leitura teórica dos condicionalismos socieconómicos da acção democrática», no volume *Teses – Desenvolvimento Económico e Social*, Lisboa, 1974, pp. 55-56.

ideológica<sup>21</sup>, como viria a suceder num crescendo relativo inegável com o aprofundamento da crise após vários anos de guerras coloniais, suscitando a resistência de camadas cada vez mais amplas da população, a que se vinham juntar as análises teóricas, que, nas condições de funda repressão de então, ou surgiam dos círculos de jovens emigrados intelectuais portugueses, ou irrompiam timida e limitadamente a público, aproveitando as brechas circunstanciais do controlo governamental, como sucedeu em 1969, durante a chamada «campanha eleitoral», ou no III Congresso Republicano de Aveiro, em 1973<sup>22</sup>.

Questão indubitavelmente vasta e complexa, o estudo sistemático do elemento colonial, sobretudo aquém de 1960-62, nas suas múltiplas interconexões e incidências, terá de estar presente na explicação global e sistemática da *Formação de Portugal Contemporâneo* no longo período que vem do dealbar do século em que vivemos até aos nossos dias e de que constitui uma manifestação central o próprio 25 de Abril de 1974.

Encerrariamos este exame focando alguns dos aspectos mais percutientes que supomos oferecer este tipo de abordagem, que, por isso, haveria que aprofundar e desenvolver se quiséssemos entender em profundidade a sociedade portuguesa dos nossos dias.

Pomos de lado, naturalmente, o interesse de aproximações deste género, que se mantém independentemente da sua força heurística, na medida em que oferecem um depoimento testemunhal a apreciar sob o fogo cruzado da sua crítica metodológica, conduzida desde a posição de qualquer investigador que o utilize como qualquer outra fonte de informação, sem excluir a autoconsciência do autor do depoimento acerca das suas próprias limitações ideológicas.

Focaríamos por isso aquilo que parece constituir um elemento a integrar na moldagem da teorização da dinâmica da sociedade portuguesa do século XX. Com efeito, a teorização sistemática das interconexões do económico, do político-económico e mesmo do político em sentido estrito com as dimensões que respeitam ao ideológico e às mentalidades, não esgotando, obviamente, as inter-

<sup>21</sup> O que evidentemente era possível, como resulta da posição constante do Partido Comunista Português, a que depois se vieram juntar outros representantes do pensamento político e social à medida que se acumulavam os anos das guerras coloniais sem saída. Como não podemos abandonar a perspectiva testemunhal aqui adoptada, não é possível deixar de observar que precisamente entre 1958 e 1959 elaborámos um estudo acerca do problema colonial que viria a ser publicado no estrangeiro em 1962 (e que seria vertido e editado no nosso País muitos anos depois: *O Sistema Colonial Português em África*, Lisboa, 1.<sup>a</sup> ed. em 1978 e 2.<sup>a</sup> ed. em 1980). Escrevia-se então, por volta de 1959-60, antes do início da guerra em Angola, que a libertação dos povos colonizados constituía um fenômeno inevitável. É digno de ser recordado, como circunstância bem esclarecedora, que precisamente por esta altura (passou-se isso em Maio de 1958) se ergueram as críticas duma figura do regime democrático anterior a 1926 — o Eng. Cunha Leal —, que originaram, inclusive, notas oficiosas de resposta do Ministério do Ultramar. Porém, qual o conteúdo dessas críticas? Cunha Leal denunciava apenas as negociações privilegiadas em certos aproveitamentos de riquezas coloniais por grupos ligados ao regime vigente, como na lapidação de diamantes e no aproveitamento da energia hidrelétrica...

<sup>22</sup> Aí Eduardo de Sousa Ferreira apresentou uma comunicação directamente dedicada ao problema colonial, «Evolução e continuidade na estratégia colonial portuguesa», enquanto Aires Henriques Maia Cadete se debruçava sobre a evolução dos investimentos privados externos, que, como se acentuou no texto e na nota 20, se interligavam com a questão colonial. Por seu turno, na nossa comunicação, quanto a este aspecto, limitámo-nos a chamar a atenção para um fenômeno restrito, mas que oferecia o interesse de constituir um desmentido parcial à tese propagandística de que «Portugal não podia subsistir sem as províncias ultramarinas»; para tanto acentuou-se que, se, por volta de 1957, as colónias eram mercado para cerca de 40 % das exportações, nos últimos anos, isto é, entre 1968 e 1972, as posições mais importantes passaram progressivamente a pertencer aos mercados europeus (em especial da EFTA e da CEE), bem como norte-americano, porquanto, se a quarta parte das exportações eram em 1968 absorvidas pelos mercados coloniais, essa percentagem em 1971 descreve para 21,5% e cairá para 14,7% em 1972, traduzindo um processo objectivo claro. (Cf. o volume *Teses – Desenvolvimento Económico e Social*, cit., pp. 83-105, 11-31 e 59-60.)

-relações que, por necessidades teórico-disciplinares, exigirão um tratamento interdisciplinar, representa, mesmo assim, um dos parâmetros básicos para se caminhar no sentido duma síntese explicativa.

Não se trata — inútil seria tal esclarecimento — de reivindicar uma posição «hiperteórica»... É uma proposta para a construção globalizante de índole sistemática que cabe ao esforço conjunto de especialistas em diversos domínios das ciências do homem, trabalhando naquilo que é o acume do seu esforço — a síntese de leitura teórica duma realidade social concreta.

Além disso, tendo em conta as inter-relações escolhidas, permitirá avançar na compreensão da força específica das condicionantes-condicionadas, que são os quadros ideológicos em acção em qualquer formação social.

Supomos ainda que apontará para uma das diversas abordagens possíveis no campo do tratamento interdisciplinar duma realidade social que, sem negar as diversidades das abordagens possíveis, integrará, no entanto, uma das que importa considerar.

Por outro lado, o tipo de inter-relações escolhidas, sendo objectivas e ocupando um lugar estratégico de importância inegável, terá o interesse complementar de contribuir para a necessária leitura antimecanicista e probabilística dentro do espaço da necessidade imposta pelas leis sociais, já que ela se revela com certeza nitidamente aqui nos intercondicionamentos dos processos económicos com os processos assentes nas estruturas sociais e, *maxime*, na dimensão ideológica de actuação das classes, grupos e extractos da sociedade.

A exploração teórica deste tipo de inter-relações endo-sociais poderá contribuir também para ir solucionando um dos «quebra-cabeças» do historiador e do sociólogo (e não só), resultante da dificuldade em captar, com a correcção aproximada possível, o papel real e interligado das circunstâncias objectivas que presidem ao devir colectivo, com as circunstâncias subjectivas, a acção de classes, grupos e extractos sociais que nessas condições contribuem para a sua própria evolução e para os ritmos dessa evolução. É que, na verdade, na «combinatória» entre os processos económicos e políticos e as actuações ideologicamente comandadas exprime-se um dos vectores mais significativos dessa complexa trama da objectividade e da subjectividade histórica e social.